

Plano federal para o diesel só teria efeito no período eleitoral



Gilberto Leite

O governo segue batendo cabeça para encontrar uma solução para reduzir o preço dos combustíveis, em especial do óleo diesel, que tem exercido uma das maiores pressões inflacionárias no Brasil. O presidente Jair Bolsonaro (PL): zerar o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o diesel. Porém, a proposta é zerar o imposto somente até dezembro deste ano. De

acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, as perdas dos estados seriam em torno de R\$ 50 bilhões. Essa perda seria recompensada pelos lucros que o governo tem com a Petrobras, além do recurso que será arrecadado com a venda da Eletrobras, se ela acontecer

PÁG. 7

Russi quer Natasha na cabeça

O presidente do PSB de Mato Grosso, deputado Max Russi, negou que o partido esteja conversando com outras siglas em relação ao apoio ao Senado Federal na eleição deste ano. Ele destacou que o PSB tem uma pré-candidata à vaga, a médica Natasha Shlessarenko, e que está buscando alianças para ocupar as suplências. O socialista destacou que o partido não quer ficar "sozinho", mas, caso não seja possível a união, vai buscar dentro do "ninho" nomes que possam completar a chapa

PÁG. 3

Mulheres conquistam o campo

Centenas de produtoras e empresárias ligadas ao agronegócio se reuniram no evento "Elas no Campo", realizado no Hotel Gran Odara, em Cuiabá. Lorena Lacerda, organizadora do evento, destaca que as mulheres estão cada vez mais conscientes do espaço delas no agronegócio. Temos 'cases' de produtoras rurais que estão na frente de suas propriedades fazendo acontecer no agronegócio, executivas que estão no agronegócio

PÁG. 7

Servidores ameaçam greve geral após AL enterrar 'decreto da RGA'

Por 11 votos a oito, a Assembleia Legislativa arquivou o projeto de decreto legislativo que pretendia sustar os efeitos de um acórdão do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), referente à Revisão Geral Anual (RGA) de 2018. A proposta foi votada na sessão ordinária de quarta-feira, 8 de junho. A coordenadora do Fórum Sindical, Carmen Machado, lamentou o resultado da votação. No entanto, ela disse que o arquivamento da matéria já era esperado. Carmen ainda reafirmou que os servidores públicos vão endurecer seu movimento e pretendem cruzar os braços, em greve geral, até o final do mês

PÁG. 5



Gilberto Leite

São Benedito retoma os atendimentos

Fechado por 23 dias, após incêndio na enfermaria 25, localizada no 2º andar do prédio, o Hospital Municipal São Benedito (HSMB), retornou com os atendimentos na quarta-feira (8). O anúncio de reabertura foi feito pelo prefeito da capital Emanuel Pinheiro (MDB), durante live semanal. Foram reabertos 80 leitos, destes 60 são leitos de enfermaria e 20 são leitos de UTI. O prefeito anunciou ainda que o Hospital voltará a funcionar normalmente na sexta-feira (10), com a reabertura de mais 32 leitos

PÁG. 6

Número de eleitores cresce 6% em MT

O primeiro levantamento aponta que as Eleições Gerais de 2022 devem contar com a participação de 2.389.362 eleitores em Mato Grosso. Esta é a quantidade atual de eleitores aptos ao voto no estado. Já o número de títulos cancelados é de 263.225, pelos motivos de não comparecimento a três pleitos seguidos e ausência à revisão biométrica. Os dados compreendem o balanço referente ao processamento dos requerimentos de atendimento eleitoral.

PÁG. 4

Câmara enterra PDL contra aumento da tarifa de ônibus

O bloco de oposição da Câmara de Cuiabá não conseguiu votos suficientes para manter o projeto de decreto legislativo que pretendia sustar o aumento da tarifa do transporte público. A proposta de autoria da vereadora Edna Sampaio (PT) foi colocada em votação na sessão ordinária de terça-feira, 7 de junho, e precisava de 13 votos para ser aprovada. Dos parlamentares presentes na sessão, 10 vereadores defenderam a ideia e 9 foram contra

PÁG. 4

Economista vê inflação em 13%

O período de carência deve se estender por todo o ano de 2022, na avaliação do economista Vitor Galessio. Ele calcula que a inflação deve chegar em 13% até o final desse ano. A estimativa mais otimista é que a inflação encerre o ano em torno de 9%, mas não há dados oficiais completos, pois os servidores do Banco Central estão em greve e o boletim completo não é divulgado há mais de um mês. O BC voltou a divulgar os dados, mas eles estão incompletos

PÁG. 6



Gilberto Leite

Júlio Campos nega rusga com Botelho: 'fora de contexto'

PÁG. 3

EDITORIAL

O preço do negacionismo

Quando a vacinação de crianças contra a covid-19 teve início em Cuiabá, no dia 20 de janeiro, já era esperado que cumprir as metas de imunização seria um desafio imensurável. Dois meses e meio depois, já dá pra ter uma ideia do estrago causado pelas campanhas de desinformação sobre a vacina infantil e pela insegurança transmitida pelo próprio Ministério da Saúde. E ele é grande. Das 60.659 crianças na faixa etária de 05 a 11 anos que moram na capital, somente 25.422 receberam alguma dose da vacina contra covid.

Não é um problema causado pela falta de doses, pois

elas existem, até de sobra. Quem leva seu filho para vacinar se depara com os postos praticamente vazios, apesar de todo o aparato montado para garantir um fluxo de trabalho em ritmo acelerado, como aconteceu com os adultos no começo de 2021. Um problema que acontece em todo o país.

Dados do Ministério da Saúde atualizados nesta terça-feira, 12 de abril, mostram que pouco mais de 10 milhões de crianças com idade entre 5 e 11 anos tomou a primeira dose contra a covid-19. Isso representa cerca de metade da população nessa faixa etária, que soma 20 milhões. O

ritmo de vacinação é assustadoramente lento. Para se ter uma ideia, o Brasil conseguiu aplicar mais de 2 milhões de doses ao dia em adultos durante o mês de agosto. Nesse ritmo, todas as crianças estariam vacinadas em apenas 10 dias, o que confirma que a capacidade do sistema não é o problema.

Especialistas ouvidos pela reportagem do Estadão Mato Grosso disseram, repetidas vezes, que a resistência dos pais é o principal motivo para essa demora. Em parte, eles sentem medo diante da enxurrada de desinformação divulgada nas redes sociais e até mesmo pela autoridade máxima de saúde do país, o ministro Marcelo Queiroga. Ele até mudou seu posiciona-

mento mais à frente, porém o estrago já estava feito, como se vê claramente.

Com o fim do uso das máscaras, a vacinação de crianças tem uma importância ainda maior. A demora para imunizar nossos pequenos coloca em risco todos os avanços feitos no combate à pandemia até agora, além de expor as crianças ao risco de morte. Nos últimos dias, a Fiocruz emitiu um alerta para o crescimento do número de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), causado por vários vírus diferentes, não apenas o coronavírus. Os pesquisadores também alertaram quanto à interrupção na queda de casos de covid-19 em crianças durante o mês de março.

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Vacinar as crianças contra a covid-19 é garantir o direito delas à vida. Elas não deveriam pagar o preço do negacionismo de seus pais, que pode ser muito alto. Se você é mãe, pai ou responsável por uma criança, vacine-a. Com milhões de doses aplicadas, já está mais que comprovada a eficácia da 'picadinha' contra a covid-19. Não há razões para questionar.

A Verdade

Lourenbergue Alves (*)

As movimentações político-eleitorais continuam. Não só. Mas também se intensificam. Quase com a mesma voracidade de outras brigas eleitorais, tanto mais recentes quanto mais antigas. Afinal, estas, iguais aquelas, se dão por vontades individuais, necessidades de outrem. Pois o estarem próximos do poder de mando inflam interesses variados, além de despertarem ambições várias, tais como as que fazem sonhar com o objeto de desejo de muitos. Objeto cobiçado, sonhado por demais, e por tantos, ainda não revelados, que leva os grupos a se digladiarem entre si, a despeito da falta de traquejos de cada um deles. Falta que, a todo custo, procuram esconder. Tentam, sem, contudo, escondê-la, assim como não conseguiriam encobrir os dejetos que escorrem a céu aberto, em substituição das águas que um dia, há bastante tempo, deslizavam pelo leito, com os lambaris a brincarem de esconde-esconde em meio às pedrinhas presas ao fundo. Pedrinhas, ago-

ra, distantes dos olhares populares. Nada mais se vê. Talvez, quem sabe, pelo grosso cobertor invisível que reveste completamente o que deveria estar a descoberto.

Acobertado, ainda que sob o cantar sincronizado do pássaro, cuja partitura realça as notas da transparência, sempre anuviadas pelas nódoas visíveis da retórica gorgiana. Mesmo que a imensa maioria de quem se faz uso dela, sequer tenha ouvido falar em Górgias, em suas técnicas, tão massificadas aos cidadãos gregos. Mas sabem o valor do malabarismo com as palavras, com o fim de robustecer a prosa, distração com ornamentos, e em reduzir grande parte das pessoas ao silêncio. Vozes que desafiam os que exercem o poder já se tinham na Ilíada, de Homero, com o cântico de seus versos. Continuam os tendo também hoje. Certamente em maior número e força. Mesmo que alguns tentem abafá-las, e, por vezes, fazem com precisão, ainda que em tempo de redes sociais, uma vez que é forte a lacração. Lacre-se, ou tenta se lacrar quem ousam escutar o

som estridente das queixas, das lamurias, das injustiças. Em troca, exigem que se fale de coisas boas. Coisas boas que se passam por cortina, ou, na verdade, de maquiagem, ou como diria Ney Matogrosso, em um trecho de uma de suas canções: "o que a gente faz/É por debaixo do pano/Prá ninguém saber/É por debaixo do pano/Se eu ganho mais..."

Isto fortalece o jogo no espaço da disputa eleitoral, que é, de fato, um espetáculo, o qual se faz acompanhar por críticos, mas, na maioria das vezes, por espectadores, cuja aceitação ou não dependem sobremaneira os atores. Atores que dizem ser o que nunca foram, e jamais serão, ainda que haja todo um coro de que são. São porque são. Ai de quem se atreve a discordar do que está sendo dito, e ao fazê-lo, recebe todo tipo de alcunha, sempre para desqualificar a pessoa do discordante, embora nada apresente para derrubar o que este formulou, ou argumentou. Não apresenta, pois lhes falte conhecimento a altura, e, por isso, a opção por ataca-lo de

não gostar do país, só bastando repetir, como na ditadura, "ame-o, ou deixe-o". Valem-se também de palavras variadas. Ideologia é uma delas. Dizem-na, sem saber o seu conceito, e nem qual seja a sua serventia, e vão dizendo-a, torto e a direito, com o fim de calar, quem jamais se calará, pois não se pode, nem deve tentar abafar os gritos dos fatos. Mesmo que estes sejam ignorados ou desconsiderados pelos lacradores, que não aceitam que seus políticos de estimação sejam questionados, e a verdade venha a aflorar-se. E, por fim, quase dando lampejos de lucidez, balbuciam: "a verdade é decidida pelo voto da maioria". O voto da maioria tem que ser respeitado, e o eleito por ele, referendado. Mas a verdade é bem outra coisa, muito diferente. A literatura é rica nessa direção. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e estudioso do jogo político.



A montanha vai parir um rato

Vivaldo Lopes (*)

Faltando quatro meses para as eleições presidenciais, o governo federal, em movimento político extremo, apresenta duas propostas para reduzir os preços dos combustíveis, que tanto pressionam a inflação e corroem a popularidade do presidente Jair Bolsonaro.

O primeiro movimento foi apresentar projeto de lei (PLP 018/2022) elaborado de forma conjunta com a Câmara de Deputados, liderada pelo aliado Artur Lira.

Nessa proposta, modifica-se a legislação atual e transformar como essenciais os serviços de energia elétrica, telefonia, internet e os combustíveis. Dessa forma, o projeto de lei padroniza as alíquotas do ICMS cobrado sobre esses bens e serviços em 17% nos 27 estados da federação. A gasolina, por exemplo, tem alíquotas que variam de 31%, no Rio de Janeiro a 23% em Mato Grosso. Todos teriam que baixar para 17%. Ao mesmo, a administração federal se dispõe a retirar a cobrança dos tributos federais sobre os mesmos bens e serviços (PIS, COFINS, CIDE, no caso dos combustíveis). O projeto de lei

não apresenta garantias seguras de ressarcimento das perdas que todos os estados sofrerão com a redução tributária do principal imposto estadual. Os governadores, com base em estudos dos seus times fazendários, afirmam que a queda de arrecadação atingirá o montante de R\$ 115 bilhões. Como parte do ICMS é direito dos municípios, estes terão perdas de R\$ 27 bilhões. O projeto foi aprovado, de forma acelerada, pela Câmara dos Deputados e encontra-se em análise no Senado da República. O impasse está criado. Após exaustivas negociações entre representantes do parlamento, executivo federal e governadores, não se chegou a nenhum acordo.

Para complicar ainda mais, o governo federal apresentou nova proposta na última segunda feira (06), afirmando que, após a aprovação da equalização tributária, os estados deixem de cobrar o ICMS sobre óleo diesel e gás de cozinha até dezembro de 2022, como forma de reduzir os preços desses produtos, beneficiando os consumidores e contribuindo para baixar a inflação no segundo semestre. Em contrapartida, o executivo federal também deixará de cobrar

PIS, Cofins e Cide e ressarcirá plenamente aos estados. Para isso, o Ministério da Economia desembolsará R\$ 50 bilhões aos estados e municípios. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirma que esse dinheiro virá dos recursos que ainda serão obtidos com a privatização da Eletrobrás (R\$ 25 bilhões) e dos dividendos da Petrobras pagos ao tesouro nacional (R\$ 25 bilhões).

Por se tratar de uma emenda à constituição nacional, a segunda proposta é de difícil aprovação. Exige dois terços dos votos dos deputados e senadores e precisa de duas votações em cada uma das casas. Ainda que obtenha tais aprovações, vai demorar tanto que pode se tornar inócua para cumprir seu principal objetivo que é produzir ganhos eleitorais para Jair Bolsonaro em sua campanha pela reeleição.

A redução das alíquotas de ICMS para 17% enfrenta mais resistência dos governadores por ser permanente. Apesar de estarem com os cofres cheios pelos excelentes ganhos de arrecadação dos últimos três anos, as projeções indicam que esse cenário favorável não se repetirá nos próximos anos. Alguns governadores são candidatos

à reeleição e 14 senadores se candidatarão ao posto de governador de seus estados.

O esforço extraordinário do governo federal para colocar em prática as duas medidas, pode ser totalmente anulado caso a Petrobras mantenha sua atual política de preços. E a companhia já cuidou de tornar público que, considerando as variações internacionais do petróleo e a taxa cambial, os preços do diesel estão defasados do mercado internacional em 15% e a gasolina em 19%. O reajuste, portanto, paira como uma espada de Dâmocles, que pode cair sobre nossas cabeças a qualquer momento. Assim, ao final do gigantesco esforço político para reduzir os preços dos combustíveis, a montanha vai parir um ratinho.

VIVALDO LOPES é economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia e é pós-graduado em MBA- Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP. E-mail: vivaldo@uol.com



Tecnologia e o estereótipo

Rosana Leite (*)

As conversas com máquinas já acontecem há um bom tempo. Ainda, agora tem se tornado bastante frequente assistentes virtuais, ou chatbots, em lares a colaborar com a família. As vozes que a tecnologia apresenta como recepcionistas e assistentes são femininas, em regra.

O estereótipo de gênero se perfaz em crenças preconceituosas de que determinada atribuição ou característica pode ser conferida a determinado gênero, feminino ou masculino.

Todavia, essas ideias pré-concebidas além de serem prejudicial à sociedade trazem o condão limitador para os gêneros. E claro: o gênero feminino herda 'competência' e 'capacitação' maléfica.

Como de costume, por exemplo, existe determinada surpresa quando um homem está a cuidar do seu filho ou filha. As frases são conhecidas. "Olha que maravilha, ele ajuda a mulher a cuidar". "Que cuidado com as crianças". "Ele quem faz a comida aos finais de semana". "Você tem sorte do seu marido te ajudar".

Os olhares de admiração são visíveis, quando um homem desenvolve um trabalho do lar. De outro turno, quando a casa não está impecavelmente arrumada, as mulheres são chamadas de palavras pouco amigáveis.

E com a tecnologia não tem sido diferente. Desde que o mundo passou a conversar com máquinas, as vozes femininas são as ouvidas, inclusive, com imensa educação e docilidade. Assistentes virtuais, que exercem funções de cuidado, possuem nome feminino. Alexia, Siri e Cortana se encontram à disposição para atender às respectivas vontades, apenas um com grito. E não é diferente nos carros a delinear caminhos a serem seguidos através do Waze, Google Maps, e GPS.

Na década de 80 o seriado em desenho animado conhecido como 'Os Jetsons', se constituía em uma família que vivia em ambiente espacial. Rosie, um robô, era a ajudante do lar e babá, que carinhosamente cuidava de todos e todas da casa. Às vezes parecia que a robô tinha sentimento, pois o cuidado lhe era inerente.

Na atualidade a reflexão quanto à mudança social e a necessidade de se quebrar paradigmas, é preciso, até como ponderação do motivo das assistentes virtuais se constituírem apenas em mulheres. Seria o 'ser mulher' mais servil e tolerante? Seriam as mulheres cuidadoras por natureza? Deveriam assim serem tratadas?

As vozes a atender e prestar informações e serviços virtuais estão a reforçar ideias de que as mulheres estão a servir, sempre. A imagem reforçada é que homens não podem desenvolver trabalhos que demandam favores prestados com extrema educação.

E como não podia ser diferente, pela voz ser feminina, a chatbot ou voicebot do Banco Bradesco, a Bia, no ano de 2020 recebeu mais de 95 mil conteúdos assediadores contra ela. Estamos falando de voz, apenas. E sofre assédio, por se constituir em voz feminina. A saída do referido banco foi programar a sua assistente virtual para identificar os 'assédios' e responder com veemência.

A história nos conta que as mulheres ocuparam por muito tempo apenas posições no mundo do trabalho relacionadas ao secretariado ou à assistência. Porém, quebrar estereótipos do passado, já que as mulheres ocupam e já ocuparam todos os lugares antes ocupados apenas por eles, é a mudança necessária.

Retirar, de uma vez por todas, tudo que relativiza as mulheres as colocando em locais onde devem agir conforme o esperado, e executando apenas tarefas de somenos importância, é questão relevante no momento. A Unesco tem tratado esse assunto como algo a servir de alerta para mudança cultural no ambiente de trabalho.

Assistentes virtuais simulam o comportamento humano e refletem o que pesam os seus idealizadores e idealizadoras. Mulheres não são cuidadoras, dóceis e amáveis por natureza... Mulheres são, sim, o que quiserem ser a qualquer tempo, e que isso seja refletido virtualmente ou não.

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual.



Jornal
O IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

CORRIDA AO SENADO

O socialista destacou que o partido não quer ficar “sozinho”, mas, se necessário, vai buscar dentro do “ninho” nomes que possam completar a chapa

Russi garante Natasha na cabeça

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA**
Unimed
Cuiabá**Da redação**

O presidente do PSB de Mato Grosso, deputado Max Russi, negou que o partido esteja conversando com outras siglas em relação ao apoio ao Senado Federal na eleição deste ano. Ele destacou que o PSB tem uma pré-candidata à vaga, a médica Natasha Shlessarenko, e que está buscando alianças para ocupar vagas para as suplências.

O socialista destacou que o partido não quer ficar “sozinho”, mas, caso não seja possível a união com outras legendas, vai buscar dentro do “ninho” nomes

que possam completar a chapa.

“O PSB não está fechado a nenhuma conversa. O PSB tem uma pré-candidata ao Senado, que é a Natasha. Nós vamos trabalhar com o nome dela, como estamos trabalhando. Nós precisamos de dois suplentes, o partido está aberto e nós estamos conversando com vários, inclusive hoje a gente fez algumas conversas com alguns presidentes de partidos, inclusive o PSDB”, disse em entrevista à imprensa nesta semana.

“Não queremos sair sozinhos, mas se precisar sair sozinho também [temos] quadros dentro do partido para completar a chapa da Natasha”, complementou.

Em março, lideranças do PSB participaram de um encontro suprapartidário – junto com MDB, PSD e PP – em que lançaram a pré-candidatura do deputado fe-

deral Neri Geller (PP) ao Senado. Max disse que o partido participou do ato porque ainda não tinha a filiação de Natasha.

“Teve dois momentos. Um momento em que a Natasha não estava filiada ao PSB, naquele momento a tendência do partido e da grande maioria dos seus filiados era o entendimento pela candidatura do deputado Neri. Após filiação da Natasha, cessou isso, tanto é que o PSB não participou mais de nenhum movimento que eles estão fazendo no estado”, justificou.

Russi comentou que o partido não vai fechar a porta para nenhum partido, entre eles o que compõem a federal “Brasil da Esperança” – PV, PCdoB e PT, desde que não tenham candidatura à senadoria.

“O PSB está fora da federação, nós temos o nosso projeto de Senado, mas como falei a



Russi afirma que PSB está aberto a conversas para vaga de suplente, mas não descarta disputar com ‘chapa pura’

gente está aberta para conversação, nós não fechamos nenhum tipo de porta, nós vamos es-

tar conversando, é lógico se a federação tiver um candidato ao governo e ao Senado inviabi-

liza qualquer composição com nós porque já temos uma candidatura ao Senado”, destacou.

"FALEI O QUE NÃO DEVEIA"

Júlio Campos nega rusga com Botelho: ‘fora de contexto’

Da redação

O ex-governador e pré-candidato a deputado estadual Júlio Campos (União) negou ter rusga contra seu colega de partido, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho. Essa semana foi divulgado um áudio em que Campos fala que não cairia no “jogo sujo do Botelho”.

De acordo com Júlio, a gravação foi tirada de contexto e as críticas eram para uma pessoa que estava se passando de assessor do parlamentar que estava ameaçando seus possíveis eleitores de exoneração.

“Um cidadão, que se intitulava assessor do Botelho, que não é assessor, foi desmentido, não há vínculo nenhum empregatício

com a Assembleia nem como o deputado Botelho, estava em Várzea Grande fazendo uma campanha muito ruim. Indo às pessoas que estavam me apoiando dizendo: se você continuar apoiando Júlio Campos você poderá ser demitido da Prefeitura ou do Estado. Porque o deputado manda no governo, manda na prefeitura”, explicou.

“Fazendo uma pressão indevida, injusta. Recebi várias denúncias, um dos colaboradores meu me passou essa notícia e respondi que achava que o jogo sujo não é verdade porque agora não pode demitir e nomear ninguém”, complementou.

Campos disse que o assunto já foi superado e chegou a pedir desculpas ao deputado.

“Não existe nada. Quero pedir desculpas,

porque falei o que não devia”, lamentou.

Botelho também comentou sobre o áudio. Ele disse que as palavras foram do momento e, que neste período de campanha, é normal que as pessoas se exaltem.

“Eu também fiquei nervoso e xinga outro e esculhamba, dá uma bronca, faz parte do jogo. É igual jogo de futebol, tem um empurrãozinho, um chute na canela, faz parte do jogo”, comentou durante entrevista à imprensa nesta semana.

No áudio divulgado nesta semana, Júlio diz que já sabendo da “informação em relação à campanha suja que o Botelho está fazendo” oferecendo vagas durante período de pré-campanha, no qual é proibido pela justiça eleitoral.

NOVELA SEM FIM

A Comissão da Câmara irá vistoriar o VLT em julho

Da redação

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (8) a data da visita técnica nas obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em Cuiabá e Várzea Grande. De acordo com o deputado federal José Medeiros (PL) a vistoria está agendada para o próximo dia 8 de julho, às 9 horas.

A vistoria técnica, solicitada pelo deputado federal Gutemberg Reis (MDB-RJ), vai verificar a paralisação de uma das principais obras de mobilidade urbana da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá. Trata-se de uma obra que deveria ter sido concluída para a Copa do Mundo de 2014 e que orçada em R\$ 1.477 bilhão, já custou aos contribuintes de Mato

Grosso R\$ 1 bilhão. Porém, ela foi descartada pelo atual governo de Mato Grosso, que optou por não concluir o VLT e implantar um outro modal, o BRT (Ônibus de Trânsito Rápido).

Em seu requerimento, Gutemberg cita ainda a decisão do Tribunal de Contas da União em suspender a implantação do BRT e a falta de embasamento técnico para alteração do modal.

“Isso exige que a Comissão de Viação e Transportes realize uma inspeção in loco da obra paralisada para que possa dessa forma contribuir para o alcance da melhor solução do imbróglio que se arrasta por anos, a fim de se evitar mais desperdício de recursos públicos bem como a implementação de uma política pública que não

representa o anseio da população, tampouco a melhor e mais eficiente alternativa no âmbito da mobilidade urbana”, diz Reis.

Para o deputado José Medeiros a conclusão do VLT deveria ser prioridade da atual gestão estadual como também dos governos que o antecederam.

“Todos nós sabemos as irregularidades envolvidas na obra VLT e cabe à Justiça punir os culpados. Agora, a não conclusão do VLT significa jogar do lixo R\$ 1 bilhão do povo mato-grossense. É preciso uma intervenção urgente para colocar um fim nesse imbróglio e garantir à população um modal de transporte moderno, limpo e acessível”, afirma Medeiros, que solicitou a abertura de uma CPI na Câmara.

RODOVIA DA MORTE

Russi defende que Estado assumira a BR-163 em PPP

Gilberto Leite



Russi acredita que Estado poderia gerenciar melhor a BR-163 e garantir os investimentos para sua duplicação

Da redação

O primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, deputado Max Russi (PSB), defende que o Governo do Estado assumira a administração da BR-163. A discussão sobre o tema começou após o Ministério da Infraestrutura emitir parecer favorável – a pedido da concessionária Rota do Oeste, que atualmente administra a rodovia – à devolução amigável da estrada e dos últimos acidentes que foram registrados no trecho.

Russi acredita que com a estadualização da rodovia, o governo de Mato Grosso poderia montar uma empresa pública para gerenciar

todo o processo licitatório e acompanhar o cumprimento do contrato. Para ele, essa é a última medida para melhorar a infraestrutura da estrada, assim evitando que acidentes ocorram na BR.

“O governo pode buscar financiamento, pode buscar aporte e nós vamos parar de ter toda a semana gente morrendo nessa BR. A 163 é um gargalo no estado, infelizmente, e nós precisamos de uma solução. Você vai para Jaciara, você tem tranquilidade, está pagando pedágio, mas a pista é de concreto, agora você vai pra Sinop ou Sorriso é o contrário, o acostamento é desta altura,

você tomba o carro, um caminhão atrás do outro, então precisamos encontrar uma solução”, defendeu.

O deputado comentou que a ideia foi apresentada ao governador Mauro Mendes (União) que, segundo ele, não foi contrário.

O senador Wellington Fagundes (PL) também defende que a administração da BR-163 fique com o Estado. Ele apresentou proposta para que a próxima concessão da rodovia seja por Parceria Público-Privada (PPP). Segundo Fagundes, o governador autorizou para que pudesse iniciar as tratativas sobre o tema no Ministério de Infra-

estrutura e na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A intenção é conseguir autorização do governo federal para que o Estado possa realizar esse procedimento com a possibilidade de acompanhar mais próximo os projetos de melhoria da estrada.

“O que seria? Uma engenharia em que o Estado de Mato Grosso entraria através do MT Par fazendo um consórcio com empresas privadas. O governo federal poderia transferir essa concessão de uma forma de encontrar todos os meios jurídicos para que o Estado pudesse fazer essa modelagem”, explicou.

TARIFA DO TRANSPORTE

Decreto legislativo tentava sustar o aumento de 85 centavos na tarifa, mas oposição não conseguiu os 13 votos necessários para aprovação

Câmara enterra PDL 'anti-aumento'

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Da redação

O bloco de oposição da Câmara de Cuiabá não conseguiu votos suficientes para manter o projeto de decreto legislativo que pretendia sustar o aumento da tarifa do transporte público. A proposta de autoria da vereadora Edna Sampaio (PT) foi colocada em votação na sessão ordinária da última terça-feira, 7 de junho, e precisava de 13 votos para ser aprovada.

Dos parlamentares presentes na sessão, 10 vereadores defenderam a ideia: Diego Guimarães (Republicanos), Eduardo Magalhães (Republicanos), Sargento Joelson (PSB), Pastor Jeferson (PSD), Demilson Nogueira (PP), Robertinho Fernandes (PV), Tenente Coronel

Paccola (Republicanos), Dilemário Alencar (Podemos), Edna Sampaio (PT), Michelly Alencar (União).

Já oito decidiram seguir a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), que havia recomendado o arquivamento da matéria. Foram eles: Cezinha Nascimento (União), Zídiel Coutinho (PV), Dr. Ricardo Saad (PSDB), Paulo Henrique (PV), Sargento Vidal (MDB), Adevaír Cabral (PTB), Marcrean Santos (PP), Aroldo Telles (Patriota).

Antes da votação, a autora da proposta disse que a intenção do projeto não é contestar a competência do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) de estabelecer novo preço para tarifa, mas sim de provocar a discussão sobre as condições da sociedade para arcar com o aumento.

“A passagem cobrada do usuário não pode ser o lucro auferido à empresa. O usuário tem que pagar uma passagem que seja compatível com sua renda e que permita a ele o direito de ir e vir, o que não acon-



Adevaír afirmou que decreto legislativo é inconstitucional, mas garantiu que ninguém na Câmara é favorável ao aumento

tece com essa que é a passagem mais cara do Brasil. Esta Câmara tem o dever ético, a responsabilidade institucional de trazer o debate sobre a capacidade de pagamento que o usuário do transporte coletivo tem em relação à tarifa que foi aumentada”, defendeu a petista.

O líder do prefeito na Câmara, Adevaír Cabral (PTB), resolveu rebater as falas dos parlamentares de oposição. Ele disse que não é apenas a oposição que é contra o aumento e lembrou que seu colega de parlamento, vereador Marcrean Santos (PP), faz parte do conselho que discutiu o

aumento da passagem e manifestou-se contrário ao reajuste.

Ele ainda apontou que a matéria é inconstitucional e comentou sobre uma decisão do Tribunal de Justiça de 2018, de que compete ao chefe do Executivo municipal legislar sobre o tema.

“Eu escutei muito bem os discursos de cada vereador de oposição, eles acham que só eles estão a favor do povo, que os vereadores da base não estão a favor do povo. É uma lorota. Todos os 25 vereadores desta Casa são a favor da população. Como, por exemplo, a Câmara tem representante na Arsec. É o vereador Marcrean, vereador da base, que votou contra o aumento da passagem. Ninguém aqui está defendendo aumento de passagem nenhuma”, respondeu.

Sem o número de votos suficientes, o projeto vai ser arquivado.

REAJUSTE – Em abril, o prefeito baixou um decreto que aumentou o preço da tarifa de transporte de R\$ 0,85. Antes de determinar o novo valor, Emanuel Pinheiro disse que o aumento é reflexo da alta do preço dos combustíveis.

Ele lembrou que o Executivo municipal não concede aumento na tarifa há mais de três anos e que no momento era insustentável segurar o preço a R\$ 4,10, principalmente às empresas do transporte.

VIA MTPAR

Fagundes sugere que Estado assumira concessão da BR-163

Da redação

O senador Wellington Fagundes (PL) apresentou ao governador Mauro Mendes (União) a proposta para que a próxima concessão da BR-163 seja por Parceria Público-Privada (PPP). Segundo Fagundes, o chefe do Executivo o autorizou para que pudesse iniciar as tratativas sobre o tema no Ministério de Infraestrutura e na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A intenção é conseguir uma autorização do governo federal para que o Estado possa realizar esse procedimento com a possibilidade de acompanhar mais próximo os projetos de melhoria da estrada.

“A concessão da BR-163 é um problema, nós temos que resolver. Já foi acertado agora, definido, o PPI [Programa

de Parcerias de Investimentos] já aceitou a devolução. A empresa já entregou para a ANTT e agora o presidente Bolsonaro vai fazer um decreto de regulamentação para fazer uma nova licitação. Eu troquei ideia com o governador e apresentei essa sugestão [de PPP] e o governador me autorizou a conversar com o ministro [Marcelo Sampaio] e com ANTT”, disse o senador.

“O que seria? Uma engenharia em que o Estado de Mato Grosso entraria através do MT Par fazendo um consórcio com empresas privadas. O governo federal poderia transferir essa concessão de uma forma de encontrar todos os meios jurídicos para que o Estado pudesse fazer essa modelagem”, explicou.

Em maio, o Ministério da Infraestrutura deu pa-

recer favorável ao pedido de devolução amigável de trecho da BR-163, feito pela Rota do Oeste, concessionária que administra a rodovia.

Wellington comentou que a possibilidade é fazer o mesmo procedimento que foi feito na antiga BR-174. Ele lembrou que o governo administra a via, após pedido do Executivo estadual, para estadualizar a rodovia.

“Lutamos muito para federalizar, mas como a situação do estado de Mato Grosso, é o estado que mais desenvolve, estado que está tendo a maior capacidade de investimento, então o governo federal repassou, ou seja, estadualizou a 174 que hoje já é MT-174 e agora está sendo feita toda engenharia para aproveitar as licitações e projetos adequar para o estado possa fazer a obra”, comentou.

“INSUSTENTÁVEL”

Botelho critica ideia de WF e sugere 'ação drástica'

Da redação

A situação envolvendo a BR-163 continua dando “pano pra manga” entre a classe política, que às vésperas da eleição decidiu endurecer o discurso contra a Rota do Oeste, concessionária responsável pela manutenção da rodovia. Em entrevista à Rádio Capital nesta segunda-feira, 6 de junho, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União Brasil), afirmou que chegou a hora de tomar medidas mais radicais.

“Eu já estou até defendendo uma solução mais drástica. Trancar, quebrar esses postos de pedágio, fazer alguma coisa assim, porque não dá. A paciência da população está se esgotando, porque vidas estão sendo ceifadas nessa via e nada está sendo

feito”, afirmou o parlamentar.

A colocação foi feita após uma série de críticas à atual situação da rodovia e à proposta de Parceria Público-Privada (PPP), que deve ser apresentada pelo senador Wellington Fagundes (PL) na terça-feira, 7.

A ideia do senador é que o Estado participe por meio do MT Par, com empresas privadas. Wellington pontuou que já conversou sobre o assunto com o governador Mauro Mendes (União Brasil) e que deve se reunir em breve com o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, e com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

“Essa aí [a BR-163] é uma responsabilidade da União, já cobramos, já arrecadamos bilhões ali e agora vem

tirar o dinheiro do Estado, que é pra fomentar aqui a agricultura familiar, que está com poucos investimentos ainda... foi feito o maior investimento de toda a história, mas ainda é pouco perto do que nós precisamos [...] Desculpa aí senador Wellington, mas essa proposta sua tá fora de sentido”, disse Botelho.

A rodovia constantemente é notícia por causa de acidentes em sua extensão, muitos deles fatais. No mês passado, por exemplo, um ônibus de viagem colidiu contra um caminhão, resultando na morte de oito pessoas.

Ao todo, 2.138 acidentes foram registrados em 2021 nas rodovias federais que cortam o Mato Grosso, sendo 1.720 com vítimas. Desse total, 75 vidas foram perdidas em 612 acidentes na BR-163.

ELEIÇÕES 2022

Número de eleitores cresce 6% em Mato Grosso

Da redação

O primeiro levantamento aponta que as Eleições Gerais de 2022 devem contar com a participação de 2.389.362 eleitores em Mato Grosso. Esta é a quantidade atual de eleitores aptos ao voto no estado. Já o número de títulos cancelados é de 263.225, pelos motivos de não comparecimento a três pleitos seguidos e ausência à revisão biométrica.

Os dados compreendem o balanço referente ao processamento dos

requerimentos de atendimento eleitoral.

O atual quantitativo de títulos cancelados sofrerá modificação em breve, visto que, segundo decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), eleitores de 53 municípios mato-grossenses que tiveram o título cancelado por ausência a revisão com coleta de dados biométricos terão a inscrição regularizada temporariamente e poderão votar no pleito deste ano. Após a eleição, esses títulos voltarão a constar como cancela-

dos. O TRE-MT aguarda a conclusão da operação de reversão temporária pelo TSE para contabilizar concretamente quantos eleitores serão contemplados.

O número de títulos cancelados reduziu consideravelmente com a realização da campanha de fechamento de cadastro feita pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT). Somente no dia em que o cadastro foi fechado, 04 de maio, foram realizados mais de 42 mil atendimentos.

Em março deste ano, por exemplo, 367.066 pessoas estavam com a situação irregular perante a Justiça Eleitoral. Em comparação com o número atual de títulos cancelados, a redução foi de 28%.

A evolução do eleitorado apto ao voto também foi significativa. Em janeiro de 2022, o número de eleitores nesta condição somava 2.248.137. Considerando o montante atual, o aumento é de 6%.

Segundo o presidente do TRE-MT, desem-

bargador Carlos Alberto Alves da Rocha, foram abertas diversas frentes de atendimento ao eleitor, por meio de mutirões e postos de atendimento em parceria com instituições, a fim de assegurar o direito ao voto toda a população. Como parceiros, ele destacou os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, operadora de telefonia, Câmaras Municipais, veículos de comunicação e empresa de saneamento.

“A Justiça Eleitoral realizou um traba-

lho eficaz, por meio de seus magistrados, servidores, colaboradores e parceiros, aos quais registro meu agradecimento. Levamos o atendimento até comunidades mais afastadas da Baixada Cuiabana com a Justiça Eleitoral Móvel e intensificamos os atendimentos realizados nos postos fixos. Contamos, acima de tudo, com a participação dos cidadãos, infelizmente não foram todos a despertarem essa consciência, mas tivemos um bom resultado”.

CAMPANHA SALARIAL

Somente 8 deputados votaram a favor do decreto legislativo; servidores prometem endurecer movimento e articulam greve geral para o dia 22

AL arquiva PDL que 'liberaria' RGA

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA****Unimed**
Cuiabá**Da redação**

Por 11 votos a oito, a Assembleia Legislativa arquivou o projeto de decreto legislativo que pretendia sustar os efeitos de um acórdão do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), referente à Revisão Geral Anual (RGA) de 2018. A proposta foi votada na sessão ordinária de quarta-feira, 8 de junho.

Os parlamentares seguiram o parecer de rejeição da Comissão de Trabalho e Administração Pública, que recomendou o arquivamento da matéria. A discussão sobre o assunto está há três semanas no Legislativo e foi adiada na última semana após pedido de vista do líder do governo, Dilmar Dal Bosco (União).

A decisão foi reprovada pelos servidores públicos estaduais, que lotaram novamente a galeria da Assembleia para acompanhar a votação. Eles vaiaram os parlamentares que acompanharam o andamento da comissão.

Antes da votação houve um bate-boca entre os deputados Elizeu Nascimento (PL) e Ulysses Moraes (PTB). Ulysses chamou o colega de populista pois, segundo ele, teria assinado o parecer da comissão que rejeitou a matéria.

“O deputado Elizeu Nascimento é titular desta comissão e assinou agora, aqui, assinou agora, porque ele já sabia que o projeto estava perdido. Então, eu não vou aceitar deputado populista que vem aqui para falar que está do lado dos servidores, mas quando teve a oportunidade não fez”, disse.

Elizeu rebateu as declarações e falou que sua posição foi contrária ao entendimento do grupo, chamando Ulysses de populista.

“Assinei o projeto contrário àquele parecer

porque estou aqui do lado do servidor público e todos têm ciência. Populista, deputado Ulysses, é o senhor, que toda a vida nesta Casa votou contra o servidor público e hoje vossa excelência faz oposição e quer atacar a minha honra, quer atacar a minha dignidade dentro dessa Casa. Populista é vossa excelência”, disparou.

Após as falas, o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), colocou a matéria em votação. Ele ainda se irritou com Lúdio Cabral (PT) durante o processo, pois estava “atrapalhando”.

GREVE - A coordenadora do Fórum Sindical, Carmen Machado, lamentou o resultado da votação. No entanto, ela disse que o arquivamento da matéria já era esperado.

“Hoje nós tivemos, infelizmente, não uma surpresa, porque essa Assembleia Legislativa está nos aparecendo completamente puxadinho do governo estadual. Isso não podemos admitir. Nós vamos ter uma reunião com todos os componentes do



Servidores vaiaram deputados que votaram pelo arquivamento do projeto e prometem deflagrar greve até o fim do mês

Fórum Sindical e nós vamos sim endurecer. Não tem diálogo. [...] Como é que nós vamos poder discutir e apresentar as nossas argumentações se o Estado não se dispõe a conversar”, disse.

Carmen ainda reiterou que existe a possi-

bilidade de os servidores públicos cruzarem os braços até o final do mês. Eles cobram o pagamento de 4,19% de RGA que foi prometido pelo ex-governador Pedro Taques (Cidadania), em 2018.

“A greve nesse momento é uma questão

que está sendo construída e, aí sim, nós vamos mostrar a nossa força. Estávamos esperançosos. Nós iremos publicar um calendário de mobilizações para que o governo acorde e realmente atenda os anseios da classe trabalhadora”, concluiu.

VAI À SANÇÃO**Câmara aprova PL que pode reduzir contas de energia****Da redação**

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (7) o projeto de lei que especifica os procedimentos para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) devolver ao consumidor, via tarifa de energia, os valores de PIS e Cofins pagos a mais pelas distribuidoras. O texto será enviado à sanção presidencial.

Segundo a proposta (Projeto de Lei 1280/22, do Senado), especificamente para esse passivo a Aneel deverá promover revisão tarifária extraordinária neste ano, quando os valores a devolver vierem de decisões judiciais anteriores à vigência da futura lei, o que abrange praticamente todas elas. Apenas duas distribuidoras não entraram com ação.

Essa revisão extraordinária será aplicada ainda às distribuidoras de energia elétrica com processos tarifários homologados a partir de janeiro de 2022.

O PL 1280/22 tramitou em anexo ao PL 1143/21, também do Senado. A matéria foi relatada pela deputada Joice Hasselmann (PSDB-SP), que recomendou a aprovação do projeto sem mudanças. “Esse é um texto que me orgulha muito relatar. Este crédito não pertence às distribuidoras. Pertence ao consumidor”, afirmou.

O projeto decorre de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em agosto do ano passado, que considerou inconstitucional incluir o ICMS na base de cálculo desses tributos.

Segundo dados da Aneel, dos R\$ 60,3 bilhões em créditos a devolver pela União às distribuidoras, R\$ 47,6 bilhões ainda não foram restituídos aos consumidores. O restante entrou em revisões tarifárias desde 2020 que resultaram em redução média de 5% até então.

Ainda segundo a agência, em razão das diferentes datas de ajuiza-

mento das ações pelas distribuidoras, os efeitos serão sentidos de maneira diversa em cada região e área de atuação das concessionárias. Como as revisões consideram outros custos que poderiam aumentar a tarifa na revisão, não necessariamente os valores implicarão em redução da fatura, mas em aumento menor.

REVISÃO ANUAL - Em outra parte do texto do projeto está definido que o ressarcimento ao consumidor ocorrerá por meio das revisões tarifárias anuais seguintes ao pedido de ressarcimento do tributo perante a Receita Federal.

Se a distribuidora de energia concordar, a Aneel poderá determinar a devolução dos valores aos consumidores, via tarifa, antes da confirmação do crédito perante a Receita.

A distribuidora deverá ser ressarcida, porém, do custo de capital associado a essa decisão. Essa remuneração será definida pela Aneel.

CHAPA FORTALECIDA**PSB lança pré-candidatura de Serys a deputada federal****Da redação**

O diretório estadual do PSB realizou uma coletiva na quarta-feira, 8 de junho, para anunciar a pré-candidatura da ex-senadora Serys Slhessarenko a deputada federal. O anúncio foi feito pelo presidente do partido, deputado Max Russi.

Segundo Russi, a convocação da ex-senadora aconteceu para fortalecer o quadro de possíveis postulantes da sigla à Câmara Federal. Ele comentou que ela relutou a aceitar o convite, mas no fim entendeu a importância de sua possível participação no pleito.

A estimativa do PSB é conseguir eleger dois deputados federais nesta eleição.

“O partido pediu que ela fosse pré-candidata a deputada federal para fortalecer o quadro de mulheres do PSB. Ela relutou um pouco, mas aceitou essa missão, entendendo que era uma

prioridade para a gente compor os nossos nove candidatos. Então, nós conseguimos com a pré-candidatura da Serys compor um quadro bom de candidatas mulheres”, disse.

Serys destacou que abomina a ‘familiocracia’, mas que aceitou o convite após a convocação do presidente regional da legenda e de outros pré-candidatos. O partido também lançou a pré-candidatura da filha de Serys, a médica Natasha Slhessarenko, ao Senado Federal.

“Os meus colegas pré-candidatos fizeram um apelo à luz da legislação para que eu fosse também candidata, para completar a chapa dos nove candidatos que tivessem uma força para estar nessa chapa, para eleger um ou dois. Então, eu não estou preocupada com essa questão, porque isso me foi assegurado: que não estaria desagradando nenhum dos pré-candidatos”, comentou.

“Se alguém disser que é familiocracia, eu vou negar, porque a Natasha é minha filha, mas ela é candidata ao Senado e estava aí há muito tempo. Eu estou chegando agora, a pedido do presidente do partido e a pedido dos oito demais candidatos a federal, então eu sou a nove”, completou.

Além de Serys também são pré-candidatos a deputado federal do PSB: Bruno Rios, vereador por Várzea Grande e presidente da UCCMAT (União das Câmaras Municipais de Mato Grosso); Allan Kardec, deputado estadual; Maurício Gomes, vereador em Sorriso; Wellington Marcos, ex-vice-prefeito de Barra do Garças; Sargento Joelson, vereador por Cuiabá; Karen Gomes, empresário de Tangará da Serra; Neuma Moraes, esposa do prefeito Zé Carlos do Pátio; Túlio Fontes, ex-prefeito de Cáceres e ex-deputado federal.

SEGURANÇA PÚBLICA**Botelho volta atrás e pede conclusão do concurso****Da redação**

Após defender a suspensão do concurso da Segurança Pública, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União), voltou atrás e passou a defender a conclusão do certame. A mudança de opinião se deu após uma reunião com o secretário estadual de Planejamento e Gestão, Basílio Bezerra.

Atualmente, o concurso está suspenso

após decisão da justiça federal.

Segundo Botelho, o representante do governo alegou que houve grande investimento para realização do concurso e que a conclusão é esperada para amenizar o déficit de servidores da área, principalmente no interior do estado.

“Eu não entendia bem como estava a situação, acontece que tem vários [candidatos] que estão esperando a segunda

etapa, tem a questão da Segurança que precisa, urgentemente, dessas pessoas trabalhando e ele [secretário Basílio] ponderou que houve investimento grande, que estão dando todas as respostas a justiça”, disse. O governo deve encaminhar ao Legislativo um novo cronograma do certame.

“O secretário vai encaminhar um cronograma depois que se reunir com as comissões que são responsáveis pela realiza-

ção do concurso e vai fazer um cronograma e vai enviar para mim. [...] O concurso está bem adiantado então tem que prosseguir, nós precisamos das pessoas trabalhando na segurança, tem município que está totalmente desguarnecido, tem local funcionando com menos policiais do que deveria, então nós precisamos resolver isso urgentemente”, defendeu.

O concurso da Segurança Pública se encontra

tra suspensão por força de duas decisões proferidas pela Justiça Federal no final do mês de maio. Nas ações, os candidatos afirmam que foram impedidos de ter acesso às gravações do Teste de Aptidão Física (TAF). Essas imagens são necessárias para os candidatos apresentarem recurso e se defenderem de possíveis irregularidades nas aplicações das provas.

No entanto, o problema com o concurso da

Segurança Pública começou muito antes disso. Desde o dia em que as provas foram aplicadas, centenas de candidatos começaram a denunciar possíveis irregularidades, incluindo o vazamento da prova na internet.

A maioria dessas alegações já foi investigada e rechaçada pelo Ministério Público Estadual (MP-MT), que montou uma força-tarefa para apurar as possíveis irregularidades no certame.

CARESTIA SEM FIM

Economista aponta que medidas do governo não devem surtir efeitos e disparada de preços deve continuar até que a guerra na Ucrânia chegue ao fim

Inflação pode chegar a 13% este ano

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

O período de carestia — aumento de custo de vida da população — deve se estender por todo o ano de 2022, na avaliação do economista Vitor Galesso. Ele calcula que a inflação deve chegar em 13% até o final desse ano. A estimativa mais otimista é que a inflação encerre o ano em torno de 9%, mas não há dados oficiais completos, pois os servidores do Banco Central estão em greve e o boletim completo não é divulgado há mais de um mês.

Na segunda (6), o BC voltou a divulgar os dados, mas eles estão incompletos.

Diante do cenário atual, Vitor acredita que, “com sorte”, a inflação pode se estabilizar em torno de 10%, mas isso depende da atuação do Congresso Nacional e do governo federal.

“Com sorte, se estabiliza na faixa de 10%, mas não posso garantir isso. A cada ‘brincadeira’ que o Congresso e o presidente fazem, o dólar sobe. Subindo o dólar, vem também o recuo daquilo que a gente estava tendo, que era a queda dos preços vinculados ao dólar. [...] Então, é seguro pensar numa faixa de 12% a 13%”, projetou Vitor Galesso.

O economista teme que o governo federal ou o Congresso tomem alguma medida que possa elevar o preço do dólar e encarecer os produtos, principalmente os alimentos em geral, o que prejudica ainda mais a população de baixa renda. Vitor ainda aponta que a equipe econômica do governo parece estar trabalhando para ‘esconder’ os números reais da inflação.

“O governo está, digamos assim, trabalhando exclusivamente em função da tentativa de reeleição do presidente. Está disfarçando de todas as formas possíveis, tentando esconder aquilo que não dá para esconder. Quando a gente olha no supermercado, olha a realidade nas ruas, a gente percebe”, pontua.



Economista teme que governo e Congresso tomem novas medidas que causem alta do dólar, o que poderia elevar os preços de alimentos

A previsão de Vitor vai de encontro com as previsões do mercado, no início do ano, que esperava uma estabilização da inflação a partir do mês de junho e, após isso, um período de queda. Um dos fatores que contribuem para essa alta persistente da inflação é a guerra no Leste Europeu, entre Rússia e Ucrânia, que provoca uma disparada nos pre-

ços do petróleo e de fertilizantes.

A expectativa era de que o conflito logo se resolvesse, porém, já passou de 100 dias. Nos setores de combustível e agronegócio, o consenso é de que a guerra precisa acabar para que o barril de petróleo volte a ser negociado entre 70 e 80 dólares, o que também permitiria a negociação de fertilizantes a preços mais baratos.

Diante desse cenário, Vitor Galesso avalia que as alternativas propostas pelo governo, como a mudança no ICMS dos combustíveis e zerar o imposto sobre o diesel, podem não surtir o efeito esperado. Isso porque o setor de combustíveis tem uma leitura de que a guerra vai continuar pressionando os preços. Além disso, o próprio setor, em especial os pos-

tos, tiveram aumentos significativos em seus custos operacionais.

“Se baixar um pouquinho na fonte, eles vão manter suas margens, porque também tiveram aumento de custos da operação do próprio posto de combustível. Por outro lado, a gente continua com a guerra entre Rússia e Ucrânia, que é um negócio muito grave”, reitera.

Marcos Vergueiro/Secom-MT



O Hospital Central, que estava com as obras paradas há mais de 30 anos, deve ser entregue em 2023

RITMO ACELERADO

Obra do Hospital Central está com mais da metade concluída

Da redação

Com mais de 50% da obra concluída, o Hospital Central, em Cuiabá, que irá atender a alta complexidade, já recebeu investimentos na ordem de R\$ 55 milhões. Ainda está previsto um investimento de R\$ 41,5 milhões para a conclusão da unidade.

Até o momento, já foram realizados procedimentos de sondagens, terraplanagem, fundações, demolições, rede de esgoto, superestrutura metálica, laje, cobertura metálica, alvenaria e recuperação estrutural.

Na obra, está em andamento o muro de alvenaria, muro de ar-

rimo, cabine das su-bestações, instalação da rede de gás medicinal, instalações de água fria e esgoto, drenagem, infraestrutura das instalações elétricas de baixa tensão e cabeamento estruturado, rede de hidrantes de combate incêndio, construção da Central de Água Fria, impermeabilização e contra piso armado. A unidade deverá ser entregue em 2023.

O Governo aproveitou a estrutura que ficou abandonada por 34 anos e redesenhou o novo projeto, que passou a contar com 32 mil m² de área construída, sendo que os 9 mil m² do prédio antigo foram aproveitados.

A unidade deverá oferecer 1.990 internações, 652 cirurgias, 3.000 consultas especializadas e 1.400 exames por mês. O novo projeto para a unidade prevê dez salas cirúrgicas, 60 leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 230 leitos de enfermaria. A unidade hospitalar de alta complexidade disponibilizará um total de 290 leitos voltados para o atendimento de toda a população mato-grossense.

Dentre as especialidades previstas para o Hospital Central estão Cardiologia, Neurologia, Vascular, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Urologia, Ginecologia, Infectologia e Cirurgia Geral.

23 DIAS DEPOIS

Hospital São Benedito retoma atendimentos após pegar fogo

Da redação

Fechado por 23 dias, após incêndio na enfermaria 25, localizada no 2º andar do prédio, o Hospital Municipal São Benedito (HSMB), retornou com os atendimentos na quarta-feira (8). O anúncio de reabertura foi feito pelo prefeito da capital Emanuel Pinheiro (MDB), durante live semanal.

Foram reabertos 80 leitos, destes 60 são leitos de enfermaria e 20 são leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI. O prefeito anunciou ainda, que o Hospital Muni-

cipal São Benedito voltará o funcionamento em sua totalidade, na sexta-feira (10), com a reabertura de mais 32 leitos, totalizando 112 leitos.

Segundo o prefeito, a unidade hospitalar já está admitindo novos pacientes. Dos 76 pacientes transferidos com o incidente, alguns receberam alta médica e outros continuam recebendo atendimento nas unidades hospitalares que foram transferidos.

“Todos os pacientes do Hospital Municipal São Benedito, que aguardavam por cirurgia, já realizaram os procedimentos

cirúrgicos. A retomada no atendimento garante agilidade e minimiza situações de pacientes da capital, Cuiabá e de municípios do interior do estado, advindos da Central de Regulação, que aguardam por procedimentos”, destacou o prefeito.

As consultas no ambulatório estão sendo realizadas desde o dia 23/05. A unidade hospitalar é administrada pela Empresa Cuiabana de Saúde Pública – ECSP, que acompanha a evolução do quadro clínico dos pacientes, que deram entrada em outras unidades hospitalares.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Containers serão instalados em praças e parques da Capital

Da redação

Mais de 90 containers para acondicionamento de lixo serão instalados em grandes praças públicas situadas em Cuiabá pela Empresa Cuiabana de Zeladoria e Serviços Urbanos. A previsão é de que em até 30 dias os equipamentos sejam distribuídos em diversas praças e parques.

Neste momento, os containers já estão presentes nos seguintes locais: Praça Ipiranga, Praça Alencastro, Praça da Mandioca, Praça Santos Dumont, Praça 8 de Abril, Praça do Jardim Cuiabá, Praça do CPA IV, Praça do CAIC, Praça do Três Barras.

“Estamos mapeando os locais onde o fluxo de pessoas é elevado, locais

que recebem eventos, que possuem comércios instalados, para disponibilizar os containers. Estamos buscando alternativas que ajudem a preservar esses espaços de lazer, dando opção para que o cidadão também faça sua parte”, comenta o diretor-geral da Limpurb, Júnior Leite.

Os containers são equipamentos apropriados para acondicionamento de grande quantidade de lixo, tendo cada um a capacidade de receber até 450 litros. Dessa forma, além de ajudar a manter os espaços limpos, também colaboram para a otimização da coleta de resíduos sólidos que, neste caso, é programada para ser realizada duas vezes por semana.

LIXEIRAS DE CONCRETO – A Empresa Cuiabana de Zeladoria e Serviços Urbanos (Limpurb) também iniciou um programa de instalação de lixeiras de concreto em praças, avenidas, pontos de ônibus e outros locais de grande circulação de pessoas. Os primeiros exemplares foram colocados nas praças Santos Dumont e 8 de Abril, na região central da capital.

Em parceria com a iniciativa privada, a Limpurb prevê a instalação de aproximadamente 150 equipamentos em diferentes pontos da cidade. As lixeiras são feitas de concreto armado, com acabamento de primeira qualidade, e cada uma delas possui capacidade de armazenamento de até 200 litros.

REMEMENDO ELEITOREIRO

Ideia de zerar impostos não garante redução de preços e tem duração limitada a seis meses, com objetivo de reduzir peso da inflação nas eleições

O plano de Bolsonaro para o diesel

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Da redação

O governo segue batendo cabeça para encontrar uma solução para reduzir o preço dos combustíveis, em especial do óleo diesel, que tem exercido uma das maiores pressões inflacionárias no Brasil. O esforço mais recente foi anunciado na última segunda-feira (6) pelo presidente Jair Bolsonaro (PL): zerar o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o diesel.

Porém, a proposta é zerar o imposto somente até dezembro deste ano. A proposição já enfrenta resistência dos governadores, que podem perder uma fatia expressiva na arrecadação.

A ideia é aprovar o PLP 18, que padroniza o ICMS dos combustíveis em 17% para todos os estados e, em seguida, o governo federal iria zerar todos os impostos federais sobre o diesel, gás de cozinha e transporte público, desde que os governadores também zerem o ICMS do

diesel. Em contrapartida, o governo federal iria repor as perdas de arrecadação.

Porém, o governo federal há muito tempo não tem fama de bom pagador quando o assunto é repor perdas na arrecadação provocadas por intervenções federais. Além disso, o governo quer usar um dinheiro que ainda nem tem, nem sabe se vai ter: a outorga da concessão da Eletrobras.

O economista Vivaldo Lopes lembra dois exemplos em que o governo deixou o estado 'na mão': quando Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram separados, o governo federal, à época sob o comando do general Ernesto Geisel, prometeu que todas as perdas que Mato Grosso tivesse seriam compensadas por meio do Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso (Promat). Isso nunca ocorreu.

À época, em 1979, o governador Frederico Campos pegou um estado com uma arrecadação extremamente baixa, além de ausência de infraestrutura de logística, dentre outras deficiências.

"A Lei Kandir é outro exemplo. O governo também fez uma lei federal, tirando a cobrança do ICMS das exportações, dizendo aos governadores que as perdas que eles teriam, seriam repostas

pelo Tesouro Nacional, a gente conhece a história... Sob o aspecto econômico e fiscal, o governo está com uma atitude desesperada", pontua Vivaldo.

Vivaldo também criticou o subsídio proposto pelo governo federal para o diesel, devido à falta de critérios sobre quem será beneficiado.

"A dona de casa, que ganha um salário mínimo, pode ter subsídio no gás. Alguém que tenha um transporte importante, que usa diesel, que ganha de 3 a 5 salários mínimo, vai ser subsidiado também. O camarada que tem um carro importado movido a diesel, que custou R\$ 1,5 milhão, também vai ter o diesel mais barato", destaca.



'Solução' do governo já chega com prazo contado: corte de impostos só duraria até o final do ano

Estados podem perder R\$ 50 bilhões

De acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, as perdas dos estados seriam em torno de R\$ 50 bilhões. Essa perda seria recompensada pelos lucros que o governo tem com a Petrobras, além do recurso que será arrecadado com a venda da Eletrobras, estimado entre R\$ 25 e 30 bilhões, considerado como "receitas extraordinárias".

Caso a venda não dê certo, o governo federal precisaria "ir ao mercado" pegar dinheiro da

iniciativa privada e se endividar ainda mais.

Além de ter potencial de causar desequilíbrio nas finanças dos estados e municípios, já que os municípios possuem participação de 25% no ICMS, a proposição não seria suficiente para resolver o problema. Isso porque teria validade somente até dezembro e não mexe no cerne da questão, que é a política de preços da Petrobras, que leva em conta o preço de paridade internacional e o dólar.

De acordo com Vivaldo, caso o ICMS fosse zerado, haveria uma redução inicial de 86 centavos, mas qualquer reajuste da Petrobras "jogaria por água abaixo" essa 'solução'. O relatório diário da Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom) confirma isso, ao mostrar que na terça-feira (7) o preço do diesel apresenta defasagem de 13% em relação ao mercado internacional. Ou seja, quem importa

diesel paga 77 centavos mais caro.

"Isso demonstra o seguinte: primeiro, que o presidente desistiu de modificar a política de preço da Petrobras. Ele jogou a toalha porque ele não tem o controle, apesar de o governo ser o dono. [...] Segundo: é um reconhecimento, por parte do presidente Bolsonaro e seus aliados, que as pesquisas que colocam o ex-presidente Lula 20 pontos na frente são verdadeiras", conclui.

ELAS NO CAMPO

Mulheres conquistam protagonismo nas fazendas



Mulheres estão conquistando seu espaço com competência, ressalta Lorena Lacerda

Da redação

Centenas de produtoras e empresárias ligadas ao agronegócio se reuniram para trocar experiências na sexta-feira (10), no evento "Elas no Campo", realizado no Hotel Gran Odara, em Cuiabá. Lorena Lacerda, organizadora do evento, destaca que as mulheres estão cada vez mais conscientes do espaço delas no agronegócio e da possibilidade de assumirem o protagonismo no agro.

O evento teve como objetivo trazer as mulheres para trocarem experiências, assim como promover o

aprendizado nas mais diversas áreas ligadas ao campo, como gestão, liderança e governança corporativa, entre outros setores.

"Temos 'cases' de produtoras rurais que estão na frente de suas propriedades fazendo acontecer no agronegócio, executivas que estão no agronegócio, em todos os segmentos dentro do setor, diretoras, como CEOs, todas que estão aqui têm uma história muito importante para contar", disse Lorena, sócia e administradora do Grupo Valure.

Lorena também destacou que a mulher deve

estar cada vez mais presente em todos os segmentos, conquistando espaços em ambientes tradicionalmente ocupados por homens e oferecendo mais diversidade de competências na economia.

"É um processo de evolução que a gente está vivendo e a gente está muito feliz de poder fazer parte desse processo", destaca.

Marilse Marafon, produtora rural de Sapezal e delegada da Associação de Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja/MT), afirma que esse é um momento de reconhecimento da participação

das mulheres da vida no campo. Ela cita como exemplo a própria mãe e a bisavó, que trabalharam junto aos seus esposos e não foram reconhecidas, à época.

"Ainda há alguns preconceitos, mas acho que elas já lutaram e sofreram bastante por nós. Já melhorou bastante em relação a tudo isso", destaca Marilse. "A mulher tem mais sensibilidade, jogo de cintura, principalmente na questão do RH [Recursos Humanos]", completa Marilse, que acrescenta também a delegação de tarefas entre as mulheres e homens.

SUPERANDO A PANDEMIA

Governo injeta R\$ 155 mi para retomada do turismo

Da redação

Os investimentos de R\$ 155 milhões do Governo do Estado, para a retomada do turismo em Mato Grosso, foram destaque na abertura do Fórum Internacional do Turismo do Pantanal 2022 (Fit Pantanal). Realizado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (Fecomércio-MT), o evento é realizado nesta segunda-feira (06.06), no Centro de Eventos do Pantanal, na Capital.

Representante do governo estadual, o secretário-chefe da Casa Civil, Rogério Gallo, e o secretário adjunto de Estado de Turismo, Jefferson Preza Moreno, apresentaram os principais investimentos feitos pelo governo em diversas áreas do turismo mato-grossense, do ecoturismo ao turismo aventura, especialmente em obras de infraestrutura como a construção e reforma de pontos turísticos como orlas, entre outros espaços públicos.

Rogério Gallo ressaltou a importância de destinar recursos à retomada de eventos para fomentar a economia local e, principalmente, atrair os turistas para MT. "O Governo do Estado está investindo em pontos turísticos, através de obras em infraestrutura como pavimentação de rodovias e construção de pontos turísticos (orlas) nos municípios de Barra do Garças, Cáceres, São Félix do Araguaia, Jaciara e região do Ara-

guaia. Projetos como estes fomentam o turismo, geram emprego, renda e valorizam o patrimônio histórico e a cultural mato-grossense", destacou Gallo.

Representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, o secretário adjunto de Turismo (Setur), Jefferson Moreno, relembrou a difícil realidade do turismo brasileiro nos últimos dois anos, por causa da pandemia da Covid-19. Disse que o governador Mauro Mendes não poupa esforços e

recursos para alavancar o turismo.

"O turismo sofreu muito com a pandemia, os eventos foram cancelados e tivemos que esperar. Agora, é hora de correr atrás deste tempo perdido. É isso que o Governo do Estado vem fazendo, destinando recursos para os pontos turísticos, substituindo pontes de madeira por pontes de concreto, investindo em orlas, fazendo capacitações, concedendo incentivos financeiros, tudo para alavancar o

setor de forma sustentável", ressaltou o secretário.

A equipe da Sedec, por meio da Desenvolve MT, também participa do evento, com um balcão de negócios e serviços.

A FIT Pantanal 2022 é promovida em parceria com a Associação da Região Turística Metropolitana Cuiabá Várzea Grande (Astur-MT) e organizada pelo Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Mato Grosso (SHRBS-MT) e outros parceiros.

cuiaba.mt.gov.br

CUIABÁ SEGUE EM FRENTE NA SAÚDE






O TRABALHO DA PREFEITURA DE CUIABÁ JÁ MUDOU A VIDA DE MUITOS CUIABANOS.

As Unidades Básicas de Saúde Liberdade e Osmar Cabral, Ribeirão do Lipa, 1º de Março e Alvorada foram reformadas e ampliadas e agora têm atendimento odontológico.

Outra ação de melhoria que vai beneficiar a população é a implantação do programa Hora Estendida, das 7 às 21 horas, nas unidades do Tijucal, Clínica da Família CPA I, Ilza Picolli, Parque Ohara e Ana Poupina.

E não para por aí, tem mais obras e ações por toda a cidade. É o avanço de uma gestão que faz Cuiabá andar pra frente, sempre cuidando da nossa gente.

 cuiabaprefeitura
 /prefeituracba
 /cuiabasecom



**CUIABÁ
PRA FRENTE,
CUIDANDO
DA GENTE.**